A censura e o silêncio na crítica teatral (1947-1963): levantamento junto a obras de Clovis Garcia, Décio de Almeida Prado e Miroel Silveira[1]

Nara Lya Simões Caetano Cabral[2]
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo
A pesquisa que se apresenta por meio do presente estudo parte do rastreamento de citações aos autores de teatro Abílio Pereira de Almeida, Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Joracy Camargo, Jorge Andrade, Max Nunes, Nelson Rodrigues e Oduvaldo Viana em críticas teatrais de Clovis Garcia, Décio de Almeida Prado e Miroel Silveira, buscando menções à censura teatral. As críticas selecionadas datam de 1947 a 1963, período que constitui nosso foco de atenção. Este estudo foi desenvolvido junto ao projeto temático "Comunicação e Censura – análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP", sob orientação da Profª. Drª. Mayra Rodrigues Gomes, com apoio Fapesp.

Palavras-chave
Censura; Teatro; Crítica teatral; Jornalismo; Arquivo Miroel Silveira.

Introdução

O levantamento junto a conteúdos veiculados na imprensa tendo como foco as manifestações em relação à censura de modo geral e, no caso do presente estudo, à censura ao teatro, constitui ponto de partida fundamental para a compreensão da ação censória enquanto parte de um processo abrangente e, ao mesmo tempo, imanente às articulações sociais. Isso porque o jornalismo é o meio natural em que muitas informações podem ser obtidas sobre contexto e situação real, tanto no passado quanto no presente. E, além disso, é possível compreender como o jornalismo, diante dos episódios de censura, posicionou-se em relação à liberdade de expressão, a qual constitui seu pressuposto de ação.

Tais constatações servem se base para o estudo que se apresenta por meio deste artigo, desenvolvido como parte das atividades de iniciação científica junto ao eixo de pesquisa "Liberdade de Expressão: Manifestações no Jornalismo", sob orientação da

[1] Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Estudante de Graduação do 6º semestre do curso de Jornalismo da ECA-USP. É bolsita de iniciação científica da Fapesp junto ao projeto temático "Comunicação e Censura – análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP", atuando no eixo de pesquisa "Liberdade de Expressão: Manifestações no Jornalismo", sob orientação da professora Profª. Drª. Mayra Rodrigues Gomes. E-mail: nara.cabral@usp.br

Profª. Drª. Mayra Rodrigues Gomes. A pesquisa se insere no projeto temático "Comunicação e Censura – análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP"**,** com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e coordenado pela Profª. Drª. Maria Cristina Castilho Costa. O Arquivo Miroel Silveira contem 6.137 processos de censura a peças teatrais encaminhadas ao Serviço de Censura do Departamento de Diversões Públicas do estado de São Paulo, datados de 1927 a 1968.

Assim, este artigo pretende mostrar as constatações feitas a partir do rastreamento de menções aos autores teatrais Abílio Pereira de Almeida, Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Joracy Camargo, Jorge Andrade, Max Nunes, Nelson Rodrigues e Oduvaldo Viana (representativos do acervo do Arquivo Miroel Silveira) nos livros que reúnem críticas de Clovis Garcia, Décio de Almeida Prado e Miroel Silveira. O objetivo de tal levantamento foi investigar as relações entre a crítica teatral e a censura, a partir da busca de referências nos textos dos críticos à ação censória.

Nesse sentido, os livros considerados para este estudo foram: "Os caminhos do teatro paulista: O Cruzeiro (1951-1958): A Nação (1963-1964)", de Clovis Garcia; "Apresentação do teatro brasileiro moderno: crítica teatral (1947-1955)", de Décio de Almeida Prado; e "A outra crítica", de Miroel Silveira. As obras abrangem o período de 1947 a 1964 – sendo que as críticas selecionadas para este estudo foram publicadas até 1963 -, de modo que tal intervalo de tempo constitui nosso foco de atenção.

No processo de rastreamento das menções aos autores teatrais mencionados, foram selecionadas as críticas (bem como notícias, notas ou comentários) focadas individualmente nos autores de nossa seleção (ou, então, cujo foco se divide em mais de um espetáculo, mas nas quais é perceptível que os autores teatrais com que trabalhamos fazem parte do foco central da crítica). Seguindo tal critério, não foram levadas em conta neste estudo as menções e citações aos nomes dos autores em críticas focadas em outros espetáculos de autorias diversas, bem como menções aos autores em textos dedicados a noticiar os vencedores de premiações do teatro em cada ano e citações dos autores em textos de retrospectivas anuais sobre o teatro. Também foram desconsiderados textos comentando o panorama geral do teatro com citações aos nomes dos autores com que trabalhamos, exceto em casos de extrema relevância da informação, sobretudo em referências à censura.

Cabe ressaltar, ainda, que no processo de rastreamento de críticas teatrais, tendo-se em vista os critérios de seleção de textos acima explicitados, não foram encontradas menções a Oduvaldo Viana, que, por esse motivo, não está incluído neste estudo.

Neste artigo, serão expostos os resultados de tal rastreamento junto às críticas teatrais de Clovis Garcia, Décio de Almeida Prado e Miroel Silveira selecionadas. Desse modo, este texto ressaltará a relação entre a crítica e a censura, tendo em vista o contexto histórico de 1947 a 1963. Assim, por um lado, identificamos quais peças foram comentadas pelos críticos e, a partir do Arquivo Miroel Silveira, constatamos quais foram os pareceres dos censores em relação a elas; e, ao mesmo tempo, constatamos qual foi o posicionamento dos críticos em relação à censura – o qual foi expresso, conforme constatamos, por meio da ausência de menções sobre o assunto.

Considerações históricas sobre a censura

Com a finalidade de pontuar aspectos centrais da relação entre o teatro e a censura, bem como entre a imprensa e a censura, no período compreendido pela publicação das críticas teatrais em foco neste estudo (1947 a 1963), cabe mencionarmos brevemente alguns aspectos históricos da ação censória no Brasil. Buscamos, assim, situar a ação teatral e a atividade jornalística em relação ao poder estabelecido e, sobretudo, tratar dos mecanismos legais responsáveis por orientar a censura.

Primeiramente, ressalta-se que, no Brasil, a burocracia de controle e fomento das manifestações artísticas atingiu seu auge depois de 1937, com a implantação do Estado Novo. Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ao qual foram ligados os órgãos locais de cada estado da União por meio dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP).

Em relação ao teatro, o DIP desenvolvia o que chamava de incentivo e proteção das manifestações teatrais com fiscalização das casas de espetáculo, registro do contrato dos artistas e concessão de prêmios, além da censura prévia de textos. Alguns dos critérios de censura envolviam os objetivos de assegurar a defesa da moralidade e dos bons costumes, de garantir a ordem, a paz e a segurança da nação e dos brasileiros e de defender o interesse público e proteger a infância e a adolescência. (Costa, 2006, p. 108)

Nos anos 1940, ganhava destaque na cena teatral o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), que teve grande importância, em São Paulo, para a renovação do teatro brasileiro. Na época – e, mais precisamente, no período de redemocratização que se seguiu ao fim do Estado Novo e que se estendeu de 1945 a 1964 -, a censura prévia

implantada por Getúlio Vargas continuava a ser exercida, embora por diferentes órgãos, assim como havia sobrevivido também a cultura estadonovista de arquivamento e memória. (Costa, 2006, p. 111)

Com a extinção do DIP em 1945, a censura ao teatro passou a ser temporariamente exercida pelo Departamento Nacional de Informação (DNI), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. No ano seguinte, esse órgão foi também extinto e, com o Decreto 20.493, criou-se o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), ligado ao Departamento Federal de Segurança Pública, que herdou as mesmas funções censórias. Assim, a censura não foi extinta, tendo apenas aparecido sob nova roupagem, embora mantivesse ainda sua função coercitiva, enfrentando o ambiente democrático que se estabelecia no país e o teatro brasileiro, que fazia sua grande "estreia" à época. De acordo com Maria Cristina Castilho Costa, "procurava-se disfarçar o quanto esses procedimentos autoritários e coercitivos estavam fincados em nossa cultura e como se eternizava seu aparto burocrático e sua cotidianidade". (Costa, 2006, p. 124)

Com relação à imprensa, Sérgio Mattos (2005) aponta que, com o fim do Estado Novo, em 1945, a prática sistemática da censura à atividade jornalística entrou em declínio, dando lugar a uma censura que era acionada apenas em situações específicas. Era o caso do acirramento da repressão que se impôs, no pós-guerra, aos jornais acusados de ligação com o Partido Comunista.

Entre 1945 e 1953, esteve em vigor a Lei de Imprensa de 1934. Já em 1953 - dois anos após o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República, eleito por voto direto -, foi assinada a Lei de Imprensa elaborada pelo Congresso Nacional. Segundo Nilson Lage (1980, apud Mattos, 2005, p. 110), apesar de seu caráter liberal, a Lei de Imprensa de 1953 possuía falhas de elaboração jurídica que terminaram por facilitar alguns episódios de abusos cometidos pelo governo. Foi o caso da apreensão de uma edição do jornal *Tribuna da Imprensa* durante o governo de Juscelino Kubitscheck, em 1956, e a censura imposta por alguns dias aos jornais do Rio de Janeiro em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Assim, verifica-se que entre o fim do Estado Novo e o golpe militar de 1964, a censura à imprensa foi exercida de modo menos sistemático, em comparação à ditadura de Vargas, e em caráter mais pontual, embora tenha continuado a existir.

O período que se seguiu do final dos anos 1940 até os anos 1950 foi marcado pela ascensão do teatro paulista, época em que surgiu e se desenvolveu o Teatro

Brasileiro de Comédia (TBC). Porém, como aponta Costa, "foi à medida que o teatro se firmava e se desenvolvia como arte e manifestação consciente de expressão dos anseios sociais que a fiscalização endureceu". (Costa, 2006, p. 141) Segundo ela, apesar de todos os mecanismos de censura prévia e repressão às representações teatrais que existiam no Estado Novo, as ações censórias se voltavam, à época, mais para a imprensa e para o rádio. Além disso, "há quem afirme até que Getúlio Vargas protegia as artes cênicas e em especial o teatro de revista, pelo qual era sempre homenageado por um personagem que o representava e o popularizava." (Costa, 2006, p. 141).

Por outro lado, à medida que o teatro se fortaleceu, afastando-se da ideia de representar apenas "diversão pública" e assumindo um papel social, a censura o cercava de modo cada vez mais severo, entre os anos 1950 e 1960. Em relação a esse período da história do teatro - que corresponde à época em que foram publicadas as críticas de Clovis Garcia, Décio de Almeida Prado e Miroel Silveira em foco neste estudo, as quais datam de 1947 a 1963 -, Costa diz ainda que:

> "[...] Se o teatro já dava seus primeiros passos em direção à maturidade, à profissionalização e a uma prática consciente e direcionada, a censura estabelecia uma relação difícil e sofrida dos dramaturgos e diretores com o Estado, o público e até mesmo com o pessoal de teatro. [...] Por parte do Estado, a atividade censória também se tornava mais complexa nesse período que vai de 1945 a 1960, quando Brasília foi inaugurada e a Guanabara foi escolhida como sede desse serviço". (Costa, 2006, p.146)

Outro aspecto relevante diz respeito à censura ao Teatro de Revista, que esteve sob o foco da ação censória sob o ponto de vista moral, principalmente – embora esse gênero também realizasse críticas ou sátiras políticas e sociais. Nesse sentido, cabe citar o caso de Walter Pinto, artista do teatro musical cuja companhia sofreu forte censura quanto à pornografia, nos anos 1940. Por isso, os textos de seus espetáculos passaram a driblar a censura por meio da utilização do duplo sentido. (Veloso-Pampolha, 2007, p. 12)

Já a partir de 1964, após o golpe militar, o Serviço Nacional de Informações (SNI), juntamente com o Conselho de Segurança Nacional (CSN), ficou encarregado de, entre outras funções, coibir a produção cultural e artística, atuando na coleta e registro de informações e na elaboração de uma postura doutrinária. Naquela época, vivia-se no país o auge de uma explosão artística e cultural, sobre a qual atuaram a censura e a repressão. Além disso, dentre as artes, o teatro se tornou alvo da repressão mais

violenta, e os artistas teatrais mostravam-se, em grande parte, engajados politicamente. (Costa, 2006, p. 184 e p. 197)

Por fim, destaca-se, acerca do posicionamento da imprensa diante da censura, que a postura dos jornalistas não foi homogênea ao longo da história brasileira e eles, tampouco, combateram em bloco essa arbitrariedade imposta pelo poder. Quanto a essa questão, merece atenção o risco de cairmos no que Stella Bresciani[3] chama de "armadilha de construir o contradiscurso da voz única, de fazer dos emudecidos vítimas indefesas".

Menções à censura na crítica teatral

Dadas as finalidades deste estudo, cabe apontar as relações entre os registros de censura do Arquivo Miroel Silveira relativos às peças comentadas nos textos de Clovis Garcia, Décio de Almeida Prado e Miroel Silveira em foco neste estudo e as possíveis menções por parte dos críticos (ou o silêncio por parte destes) em relação a tais ações censórias evidenciadas pelos processos arquivados.

Assim, a parte da investigação que se apresenta a seguir envolve a listagem de todas as peças comentadas pelos críticos aqui em foco, associadas às datas de publicação das respectivas críticas consideradas neste trabalho. Além disso, consideramos aqui os registros de censura às peças criticadas a partir de um levantamento feito junto ao acervo do Arquivo Miroel Silveira. Nesse sentido, levam-se em conta os processos de censura que tenham datas anteriores à publicação das críticas teatrais que tratam das peças em questão, dado o objetivo de identificar se houve manifestações, por parte dos críticos, em relação à ação censória.

Abílio Pereira de Almeida

A seguir, listam-se as peças de autoria de Abílio Pereira de Almeida comentadas nas críticas que constituem o foco de atenção deste artigo, juntamente com as informações obtidas a partir dos respectivos registros de censura disponíveis no Arquivo Miroel Silveira.

"A mulher do próximo", criticada por Décio de Almeida Prado em texto de 1948 (em que o crítico não faz menções a montagens do espetáculo), foi considerada pelo

[3] In: Kushnir, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Prefácio, p. 13.

censor, em processo de censura datado de 7/10/1948, como imprópria para menores de 18 anos. "Pif-Paf", criticada por Décio de Almeida Prado em texto de 1949, em que o crítico se refere à montagem da peça pelo Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), foi censurada em 10/09/1946 e 04/03/1949 (sendo que a censura de 1949 foi requerida por Francisco Zampari, em nome do TBC) e, nas duas ocasiões, o parecer da censura indicou cortes de palavras e/ou trechos. "Paiol Velho", criticada por Décio de Almeida Prado em texto de 1949, em que fala sobre a montagem da peça pelo TBC, não possui registros de censura no Arquivo Miroel Silveira anteriores à data de publicação da crítica aqui em foco. É o mesmo caso de "Santa Marta Fabril S.A.", criticada por Clovis Garcia e Miroel Silveira em textos de 09/04/1955 e 08/03/1955, respectivamente. "Moral em concordata", comentada por Clovis Garcia e Miroel Silveira em textos de 06/10/1956 e 18/08/1956, respectivamente, com referências à montagem da peça pelo Teatro Popular de Arte (TPA), foi censurada em 11/07/1956 e teve palavras e /ou trechos cortados, além de ter sido considerada como imprópria para menores de 18 anos. O mesmo parecer da censura foi dado a "O comício", peça censurada em 05/01/1957 e criticada por Miroel Silveira em texto de 29/01/1957, no qual se refere à montagem da peça pelo Teatro Bela Vista (TBV). Por fim, a peça "Rua São Luís, 27, 8º", criticada por Clovis Garcia em texto de 31/08/1957 referente à montagem da peça pelo TBC, foi censurada em 22/07/1957, tendo sido liberada apenas para montagem pelo Teatro Brasileiro de Comédia, com cortes de palavras e/ou trechos e definida como imprópria para menores de 18 anos.

Verifica-se, assim, que, dentre as sete peças de Abílio Pereira de Almeida mencionadas, quatro tiveram palavras ou trechos vetados pela censura. E, apesar dessa presença marcante da ação censória aos textos do dramaturgo, nenhuma das críticas escritas por Clovis Garcia, Décio de Almeida Prado e Miroel Silveira analisadas neste estudo, relativas a obras do referido autor, fez menções à censura imposta às peças.

Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri

Os casos dos autores teatrais Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri são comentados de modo conjunto neste artigo tendo-se em vista o fato de que as peças dos dramaturgos que estiveram sob o foco dos críticos nos textos considerados neste estudo receberam pareceres similares da censura.

As duas peças de autoria de Augusto Boal comentadas nas críticas são "Marido Magro, Mulher Chata", criticada por Clovis Garcia e Miroel Silveira em textos de 23/02/1957 e 27/02/1957, respectivamente, e "O melhor juiz, o rei" (peça em co-autoria com Gianfrancesco Guarnieri), criticada por Clovis Garcia em 06/11/1963. Em ambos os casos os críticos se referem às montagens dos espetáculos pelo Teatro de Arena.

Tanto "Marido Magro, Mulher Chata" (censurada em 05/01/1957) como "O melhor juiz, o rei" (censurada em 23/08/1963) foram consideradas pelos censores como impróprias para menores de 18 anos. Além disso, ressalta-se que nenhuma menção à submissão das peças de Augusto Boal à censura, bem como à classificação etária definida para os espetáculos, foi feita nas críticas teatrais em foco neste estudo.

Destaca-se ainda que "Eles não usam black-tie" é a única peça de autoria de Gianfranceso Guarnieri (além da já mencionada "O melhor juiz, o rei", em co-autoria com Augusto Boal) comentada no conjunto das críticas que constituem o foco de atenção deste artigo. A peça foi criticada por Clovis Garcia em 22/03/1958, em referência à montagem da peça pelo Teatro de Arena. E a respeito da censura ao espetáculo, ressalta-se que "Eles não usam black-tie" foi censurada em 21/02/1958 e o parecer do censor indicava a peça como imprópria para menores de 18 anos. Além disso, nenhuma menção sobre censura a obras de Gianfrancesco Guarnieri foi feita nas críticas em foco neste estudo.

Joracy Camargo

As seguintes peças de autoria de Joracy Camargo são comentadas nas críticas que constituem o foco de atenção deste estudo: "Deus lhe pague", criticada por Décio de Almeida Prado em 1949 e censurada em 10/03/1943, 07/11/1945, 21/07/1948, 12/08/1948, 06/09/1948, 04/01/1949, 11/02/1949, 04/05/1949 (além de outras censuras posteriores), tendo tido palavras e/ou trechos vetados pelos processos censórios de 1948 e 1949; "Bagaço", mencionada por Clovis Garcia em texto de 10/11/1951, referindo-se à encenação por Eva Todor no Teatro Santana, que foi censurada em 22/10/1951, tendo sido considerada como imprópria para menores de 18 anos; e "Privilégio Paulino", comentada por Clovis Garcia em texto de 20/08/1955 em referência à montagem do espetáculo sob direção de Jayme Costa – peça sobre a qual não há registros de censura no Arquivo Miroel Silveira.

Nota-se, assim, que se exerceu forte censura sobre a peça "Deus lhe pague", de Joracy Camargo, com sucessivos processos censórios e palavras e/u trechos vetados pelos censores de 1948 a 1949 (sempre na mesma parte do texto, transcrito na página 22). Apesar disso, e tendo-se em vista que Décio de Almeida Prado dedica extensa crítica a "Deus lhe pague" (chegando a oito páginas), nenhuma menção à ação censória sobre a peça (ou sobre qualquer obra) de Joracy Camargo foi encontrada nas críticas em foco neste estudo.

Jorge Andrade

A seguir, são citadas as peças de autoria de Jorge Andrade comentadas nas críticas que constituem o foco de atenção deste artigo, juntamente com as informações obtidas a partir dos registros de censura do acervo do Arquivo Miroel Silveira.

"A Moratória" foi criticada por Décio de Almeida Prado em texto de 1955, em que o crítico se refere à montagem da peça sob direção de Gianni Ratto, e por Clovis Garcia e Miroel Silveira em textos de 11/06/1955 e 04/06/1955, respectivamente, nos quais os críticos se referem à montagem da peça pelo TPA. "A Moratória" foi censurada em 02/05/1955 e o parecer da censura indicou (além da impropriedade para menores de 18 anos) cortes de palavras e/ou trechos. A peça "Os ossos do Barão", criticada por Clovis Garcia em texto de 31/08/1957 em referência à montagem da peça pelo TBC, não possui registros de censura no Arquivo Miroel Silveira anteriores a 1963. Por fim, "A Pedreira das Almas", criticada por Clovis Garcia em texto de 28/12/1963 em que se refere à montagem da peça por ocasião dos exames da Escola de Arte Dramática (EAD), foi censurada em 09/12/1963 (por requerimento de Alfredo Mesquita, diretor da EAD), tendo sido considerada como imprópria para menores de 14 anos.

Constata-se, assim, que, das três peças de Jorge Andrade comentadas pelos críticos, há registro de censura (com datas anteriores às datas de publicação das referidas críticas) a duas delas – sendo que, em um dos casos, o parecer do censor limitou-se a estabelecer a classificação etária do espetáculo. No caso de "A Moratória", por outro lado, palavras e/ou trechos foram vetados e, embora a peça tenha sido comentada por Clovis Garcia, Décio de Almeida Prado e Miroel Silveira, nenhuma das críticas analisadas neste artigo fez menções à ação censória à peça. Assim, menções à censura a obras de Jorge Andrade não foram encontradas em nenhuma das críticas em foco neste estudo.

Max Nunes

Dentre as críticas consideradas para o estudo que se apresenta por meio do presente artigo, apenas textos de autoria de Clovis Garcia comentam peças de Max Nunes. A seguir, listamos as referidas peças: "Uma pulga na camisola", censurada em 11/05/1953, foi criticada em 23/05/1953 em referência à montagem da peça pela Companhia de Revistas de Siwa no Teatro de Alumínio; "Lá vem a cobra grande", censurada em 23/04/1953, foi criticada em 23/05/1953 a respeito da montagem da peça pela Companhia de Miguel Khair; "Nono vai na raça", censurada em 02/04/1957 , foi criticada em 11/05/1957 sobre a montagem da peça pela Companhia de Revistas Ferreira da Silva no Teatro Santana; e "Com jeito vai", censurada em 03/05/1957 , foi comentada em 01/06/1957 em relação à montagem da peça pela Companhia de Revistas Ferreira da Silva no Teatro Santana.

Nos casos de todas as peças de Max Nunes mencionadas, os processos de censura anteriores às datas de publicação das respectivas críticas teatrais revelam os mesmos pareceres dos censores: cortes de palavras e/ou trechos, além da indicação da impropriedade para menores de 18 anos.

Apesar disso, nenhuma crítica de Clovis Garcia considerada para este trabalho mencionou a censura a peças de Max Nunes. Ao contrário, o crítico demonstra uma postura de reprovação com relação às obras de Nunes, a respeito do que ele considera como o baixo nível moral e artístico das revistas musicais. Tais argumentos de Garcia vão de encontro com critérios da censura realizada sobre o Teatro de Revista, a qual era, predominantemente, de ordem moral.

Nelson Rodrigues

A seguir, são listadas as peças de Nelson Rodrigues abordadas pelas críticas que constituem nosso foco de atenção, associadas a informações relativas aos registros de censura de tais peças, conforme levantamento junto ao Arquivo Miroel Silveira.

A peça "Vestido de Noiva" foi criticada por Décio de Almeida Prado em texto de 1947 em que se refere à montagem da peça sob direção de Ziembinski e não possui registros de censura no Arquivo Miroel Silveira anteriores a 1958. "A mulher sem pecado" foi criticada por Décio de Almeida Prado em 1952, em referência à montagem da peça pelo Teatro Cultura Artística (TCA), e por Clovis Garcia em texto de

14/06/1952, referindo-se à montagem da peça sob direção de Graça Mello, e, além disso, foi censurada em 02/05/1952 (conforme requerido por Graça Mello), tendo sido considerada imprópria para menores de 18 anos. "A Falecida", criticada por Décio de Almeida Prado em texto de 1953 em que o crítico se refere à montagem da peça sob direção de José Maria Monteiro, no Teatro Leopoldo Fróes, não possui registros de censura no Arquivo Miroel Silveira anteriores a 1958. "A valsa n.º 6" foi criticada por Miroel Silveira em texto de 15/10/1951, relativo à montagem da peça pelo TCA, e mencionada por Clovis Garcia em notas de 27/10/1951 e 10/11/1951, referindo-se à mesma montagem pelo Teatro Cultura Artística, e, além disso, foi censurada em 13/10/1951, tendo sido considerada imprópria para menores de 10 anos. Por fim, a peça "Perdoa-me por me traíres" foi citada por Clovis Garcia em texto de 23/11/1957 a respeito da interdição da peça, que seria montada pela Cia. Jayme Costa. Ressalta-se que a proibição do espetáculo é mencionada também em outro texto de Clovis Garcia, datado de 16/11/1957, o qual não faz parte da seleção de críticas deste estudo, como será apontado mais adiante. "Perdoa-me por me traíres" foi censurada em 1957, tendo sido totalmente vetada e passando, inclusive, por diversas tramitações dentro do aparato da censura. Na época, a questão da censura à peça de Nelson Rodrigues causou manifestações na sociedade civil, de modo que setores ligados à defesa de valores cristãos posicionaram-se a favor da proibição do espetáculo.

Constata-se assim que, das cinco peças comentadas nas críticas em foco neste estudo, há registro de censura (com datas anteriores à publicação das referidas críticas) a três delas – sendo que, em dois dos casos, os pareceres dos censores limitaram-se a estabelecer as classificações etárias dos espetáculos. Já no caso de "Perdoa-me por me traíres", a censura foi mais severa, chegando à imposição do veto total da peça. No caso das peças de Nelson Rodrigues, a única cuja censura é mencionada é "Perdoa-me por me traíres". Dentre os textos de Décio de Almeida Prado e Miroel Silveira, nenhum cita a censura a obras de Nelson Rodrigues.

Desse modo, dentre um total de 34 críticas selecionadas para este estudo, apenas uma menciona a ação censória. Trata-se de "A temporada teatral" [4], de Clovis Garcia, que cita a interdição do espetáculo de Nelson Rodrigues. A censura a "Perdoa-me por me traíres" é também mencionada por outro texto de Garcia, intitulado "Doutor... sem

[4] In: Garcia, Clovis. *Os caminhos do teatro paulista: O cruzeiro (1951-1958): A nação (1963-1964)*. São Paulo: Prêmio, 2006. pp. 436.

canudo", de Amaral Gurgel"[5], o qual, por ter como foco o espetáculo de Amaral Gurgel encenado pela Companhia Jayme Costa no lugar do texto vetado de Nelson Rodrigues, não faz parte da seleção de críticas previamente estabelecida para este estudo. Ambas as menções, no entanto, não recebem grande destaque e tampouco expressam teor crítico ou analítico em relação à censura, de modo que Garcia limitou-se a noticiar o fato, apenas mencionando-o. Além disso, tais referências à censura podem ser explicadas pelo fato de a interdição de "Perdoa-me por me traíres" ter gerado grande repercussão pública, com setores da sociedade manifestando-se contra a encenação da peça.

Assim, a citação da censura à peça "Perdoa-me por me traíres" por Clovis Garcia foi a única constatada dentre as críticas rastreadas e consideradas para este estudo. Desse modo, pode-se apontar a existência de uma ausência sintomática de menções à censura no conjunto das críticas teatrais publicadas nos livros de Clovis Garcia, Décio de Almeida Prado e Miroel Silveira que constituem nosso foco de atenção, escritas entre 1947 e 1964 (sendo que o conjunto das críticas selecionadas para este estudo vai até 1963). Configura-se, assim, uma postura de silêncio por parte da crítica teatral, no referido período, em relação à questão da censura ao teatro.

O achado da ausência: conclusões

Em suas críticas teatrais consideradas neste estudo, Clovis Garcia, Décio de Almeida Prado e Miroel Silveira abordam diversos aspectos do teatro, desde o texto até a montagem, passando pela trajetória e pela evolução de cada dramaturgo. No entanto, como visto, os críticos (com exceção do texto de Clovis Garcia que cita a interdição da peça "Perdoa-me por me traíres", de Nelson Rodrigues) não mencionam a censura teatral. Esse silêncio em relação à censura, expresso nas críticas teatrais aqui em foco, manifestado entre 1947 e 1963, é muito significativo, sobretudo porque, na época, não era proibido falar sobre a ação censória. Na verdade, a ausência de menções à censura pode ser compreendida dentro de fatores conjunturais da época em que foi identificada (1947-1963), relacionando-se ao próprio entendimento sobre a censura e o papel da crítica.

Primeiramente, o fato de os críticos não falarem sobre a censura, no período de 1947 a 1963, está atrelado ao entendimento de que a ação censória é algo "extra-

[5] In: Garcia, Clovis. *Os caminhos do teatro paulista: O cruzeiro (1951-1958): A nação (1963-1964)*. São Paulo: Prêmio, 2006. pp. 434.

teatral", ou seja, de que a crítica não é um espaço para se discutir política. Na realidade, não havia o entendimento acerca de a imprensa falar sobre a censura.

Além disso, há outro fator que deve ser ressaltado. Trata-se do fato de que a censura, tendo sempre existido, consiste em um mecanismo de regulação da ordem social e, fora de situações extremadas, como regimes autoritários, é concebida como algo natural. É o caso do intervalo de tempo compreendido pelas críticas teatrais em foco neste estudo, datadas de 1947 a 1963. Nesse sentido, a censura adquire uma função de zelar pela manutenção da moralidade, o que assume uma aparência de naturalidade sob a ótica paternalista de que é função do Estado a proteção dos cidadãos. Por esse motivo, a censura pode até mesmo ser vista como algo positivo. Ela busca a manutenção dos valores tradicionais do decoro e calar manifestações de sexualidade é algo tradicionalmente aceito pela sociedade. (Gomes e Martins, 2009, p. 12)

Cabe ressaltar que esse discurso circulante acerca de uma atribuição "moralizante" da censura, de zelar pela preservação da moral, vai de encontro com as ideias expressas por Clovis Garcia acerca do Teatro de Revista nas críticas de peças de Max Nunes em foco neste estudo. Nelas, o crítico revela uma postura moralista, sobretudo tendo-se em vista as duras críticas por ele feitas ao referido gênero teatral pelo que considerava como baixo nível não somente artístico, mas também moral. O próprio Clovis Garcia, no prefácio de "Os caminhos do teatro paulista: O Cruzeiro (1951-1958): A Nação (1963-1964)", escrito muitos anos depois da publicação das críticas, admite detectar "certo ranço moralista" em seus textos. (Garcia, 2006)

Além disso, setores da sociedade civil exerciam pressão contra o que consideravam como abusos e atentados contra a moral no Teatro de Revista. Os censores, por sua vez, interferiam nas cenas de nudez, como foi o caso da revista "Tá despida e enxuta", de Lucio da Cunha Fiuza, Humberto Cunha e Cazarré. Em 1959, o parecer da censura sobre o espetáculo estabelecia classificação etária de 18 anos e proibia "excessos em gestos e reflexões". Conforme as palavras de Veloso-Pampolha, a indicação censória deve ser lida como "indica-se a nudez estática." (Veloso-Pampolha, 2007, p. 13)

Já em épocas de regimes autoritários – como a ditadura militar, sobretudo a partir de 1968 -, a censura adquire nova dimensão. Ela se torna política, além de violenta, no sentido de mutilar a arte. Assim, por mais que seja proibido falar sobre a censura nesses contextos, passa a haver a necessidade de se trazer o assunto à tona. A

própria proibição de se falar sobre a ação censória indicava que a censura não era mais um mecanismo natural ou apenas moralizante.

Clovis Garcia, por exemplo, expressou posicionamento contrário à censura durante a ditadura militar, período em que trabalhava para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Carmelinda Guimarães (2006) aponta que, na época, o crítico escrevia seus textos com a preocupação de não levantar suspeitas sobre as montagens das peças, para evitar que elas fossem prejudicadas pela ação censória. Além disso, em críticas publicadas na imprensa e datadas de 1972 a 1980[6], são freqüentes as menções de Clovis Garcia à censura, destacando seus aspectos negativos. Em algumas críticas, a ação censória é apenas citada; em outras, Garcia posiciona-se de modo crítico em relação à censura. Um exemplo emblemático está no texto *Qualidade cênica, um belo espetáculo: D. Quixote*[7], em que Garcia refere-se à censura como "expressão neurótica de todas as ditaduras".

Na realidade, em tempos de autoritarismo, como foi o caso da ditadura militar brasileira, sobretudo após 1968, a censura – que sempre existiu -, torna-se mais severa, adquirindo uma nova dimensão de dispositivo violento, agressivo. Principalmente após a instituição do AI-5, a censura deixou de ser um mecanismo natural de regulação da ordem social, e passa a ser um instrumento imposto à força por um regime político em prol de sua manutenção no poder. Segundo Mayra Rodrigues Gomes e Ferdinando Martins, "após 1964, o Brasil viveu um período de intensificação da censura, decorrente da militarização do Estado", de modo que "a situação política tenha incidido sobre a prática dos censores". (Gomes e Martins, 2009)

Por isso, em períodos de regimes autoritários, como a ditadura militar, a censura passa a ser mencionada e a receber críticas, inclusive no espaço da crítica teatral, por mais que não fosse permitido falar sobre a ação censória. No entanto, tratava-se de uma questão que precisava ser trazida à tona, partindo-se do entendimento de que ação censória representava um dispositivo empregado por um grupo político com interesses particulares, em defesa de sua conduta autoritária, que mutilava a produção artística, em um ato de violência.

[6] Críticas publicadas no livro *Clovis Garcia: a crítica como ofício*. Organização de Carmelinda Guimarães. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
[7] Crítica veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 7 de junho de 1980. In: *Clovis Garcia: a crítica como ofício*. Organização de Carmelinda Guimarães. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. Página 239.

Esse contexto, como já dito, difere fundamentalmente do momento histórico compreendido pelas críticas consideradas para o presente estudo, publicadas entre 1947 e 1963, época em que a censura, de cunho moralizante, encontrava amplo respaldo no discurso circulante. E o silêncio na crítica teatral detectado a partir desta pesquisa, dado pela ausência quase total de menções à censura, evidencia tais constatações.

Referências bibliográficas

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Censura em cena: teatro e censura no Brasil**. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

_____. **Heranças Intelectuais - o arquivo Miroel Silveira - a censura em cena**. Arte e Cultura da América Latina, São Paulo, v. IX, n. 2, p. 75-83, 2003.

GARCIA, Clovis. **Os caminhos do teatro paulista: O Cruzeiro (1951-1958): A Nação (1963-1964)**. São Paulo: Prêmio, 2006.

GOMES, Mayra Rodrigues; MARTINS, Ferdinando. **Comunicação e interdição: a censura moral sobre o corpo e a palavra**. São Paulo: Revista Rumores, v. 2, p. 3, 2009.

GUIMARÃES, Carmelinda (Org.). **Clovis Garcia: a crítica como ofício**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

PRADO, Décio de Almeida. **Apresentação do teatro brasileiro moderno: crítica teatral (1947-1955)**. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1956.

SILVEIRA, Miroel. **A outra crítica**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1976.

SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

VENEZIANO, Neyde. **De pernas para o ar: o Teatro de Revista em São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

Referências na web

VELOSO-PAMPOLHA, Augusto. **Teatro Musicado e censura em São Paulo (1920-1950): apontamentos de uma pesquisa em Comunicação junto ao acervo de peças censuradas do Arquivo Miroel Silveira (Biblioteca da ECA/USP)**. INTERCOM, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0829-1.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2010.